Não tem resposta, porque o nosso Estado não prioriza a primeira infância, porque não temos um plano para as nossas crianças. A política estadual pela primeira infância tem como objetivo criar um marco legal para que a gente possa avançar nesses temas. E eu venho aqui dizer, lamentando bastante o fato de ter retirado o projeto hoje por alguns motivos.

Eu lamento pelas nossas crianças, que seguirão sendo esquecidas pelo Estado, seguirão sem seu orçamento, sem ser prioridade absoluta. Eu lamento por vários deputados aqui presentes, que me mostraram da pior forma possível que eu não posso contar com a sua palavra. E eu lamento, principalmente, pela falta de diálogo, porque não é verdade que eu não quis fazer alterações no projeto.

Fiz 25 alterações, e vou passar uma por uma respondendo elas. Em relação ao nobre deputado Douglas, que aqui subiu e me dirigiu a palavra, respeitosamente devolvo a percepção de que o que falta é interpretação de texto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Marina, eu vou pedir desculpas a V. Exa., assegurando o tempo, oito minutos e quatro segundos. Não tem condição de a gente continuar no plenário da maneira como está.

Tem uma oradora na tribuna, e os deputados não estão só conversando, muitos deles, inclusive, de maneira muito eufórica. Eu sugiro que, caso tenham interesse em conversas importantes, que eu sei que estão acontecendo, façam no café que nós temos atrás, ou minha sala está à disposição, mas que a gente possa dar oportunidade à deputada de fazer a sua posição e sua colocação.

Acho que agora é melhor, deputada Marina. Agora sim, devolvo a palavra a Vossa Excelência.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Obrigada, presidente. Vou voltar ao que vinha dizendo em relação ao colega nobre deputado Douglas. A fala dele posso pouco fazer, porque ali falta interpretação de texto e sobra teoria da conspiração; fica difícil construir um diálogo quando a gente realmente não consegue entender o mesmo texto.

Mas, em relação à colega deputada Janaina, que subiu aqui também e falou de vários temas que eu concordo e respeito, quero falar tema por tema do que foi colocado por ela. A nobre deputada subiu aqui e disse vários temas, colocou vários temas, os quais eu passei duas horas na sala dela concordando e construindo diversas alterações a eles.

Vou passar um por um, para que não sobre dúvida que o meu interesse é na primeira infância, que meu interesse é garantir políticas públicas de qualidade para as crianças de 0 a 6 anos, que meu interesse é garantir que a gente construa diálogos, pontes com foco no que importa.

Com foco em melhorar a vida das crianças do estado de São Paulo, mas que não é possível. A cada fato que faço isso, a cada gesto, a cada alteração no texto, a gente quer ir um pouco mais. Descobre outras coisas que quer colocar. Na verdade, só reforçam a percepção de que não há um interesse real e genuíno em apoiar as crianças do estado, em apoiar este projeto.

Então vou começar as 25 alterações que topei realizar neste projeto, sem contar as alterações que já tinha feito na CCJ, em consonância com o deputado Gilmaci. A gente começa com os princípios de diretrizes das áreas prioritárias, que no Art. 3º coloca:

"A política, seus planos, programas, projetos, serviços e benefícios, voltados ao atendimento do direito da criança na primeira infância. Considerando as peculiaridades dessa faixa etária, mantendo a relação das etapas posteriores da vida, obedecerão aos seguintes princípios: Inciso IV - Fortalecimento do vínculo e pertencimento familiar e comunitário". Quebrei esse inciso, deixei só "familiar", coloquei outro com "estreitamento dos laços comunitários".

A deputada subiu aqui e disse da importância de a gente cuidar das crianças com deficiência, tema esse com que trabalhei por mais de oito anos da minha vida, entendo a respeito. Tema, inclusive, que já é regulamentado pela Lei Brasileira de Inclusão, a LBI, que foi aprovada no Congresso Nacional.

Tinha uma discussão sobre as escolas, tema já regulamentado. A palavra "inclusão" trazia essa percepção que podia ter um mal-entendido. Topei colocar, em vez de "inclusão", "atenção às necessidades das crianças com deficiência", acabando, assim, com esse possível impasse. Mais uma alteração que eu aceitei.

No inciso IX, tinha a palavra "corresponsabilidade" da família, da comunidade, da sociedade na atenção, proteção e promoção do desenvolvimento da criança. Aqui a gente está falando da política, como diz o Art. 3º.

Entendi o medo de que a gente estivesse tirando o espaço da família, colocando em pé de igualdade com o Estado, ainda que tenha um artigo inteiro falando sobre a importância da primazia da família.

Troquei a palavra "corresponsabilidade", aceitei a palavra "dever", para que a gente possa, então, colocar: "É dever da família, da comunidade e da sociedade a atenção, proteção e promoção das crianças". Ainda nesse inciso tinha uma sugestão muito bem-vinda a respeito do processo de adoção, a qual foi inteiramente acatada.

No Art. 4º, a gente tinha uma discussão sobre a participação solidária das famílias e da sociedade por meio das organizações representativas na proteção e promoção das crianças. São diretrizes para formulação e avaliação da política. Tirei o "em todos os níveis", que poderia dar a entender que poderia invadir o nível particular de cada familiar. Aceitei e acatei essa sugestão.

Ainda no mesmo Art. 4º, inciso IX, a gente tinha uma questão em relação ao respeito à formação cultural da criança, relativamente à identidade cultural e regional, à condição socioeconômica, étnico-racial, linguístico e religioso. Coloquei "sem prejuízo de sua autonomia", entendendo que, sim, as famílias e crenças têm autonomia na sua escolha cultural.

Nono. A busca ativa por famílias adotivas, de modo a tornar esse processo o mais célere possível. Aceitei também esse inciso, colocando a adoção em primeiro lugar.

Art. 5o. Tinha de novo um artigo que colocava os incisos "convivência familiar e convivência comunitária". Coloquei "convivência familiar" em primeiro lugar. Solicitação do deputado Douglas.

Eu quebrei em dois, coloquei a família como o mais importante. Ainda que não tenha o menor sentido enquanto a partir da política, e não da vida privada de cada um deles.

Aceitei também uma sugestão endossada pelos colegas do Novo, a respeito da forma de publicidade, garantindo um texto mais claro sobre a publicidade dirigida às crianças na primeira infância. Seguindo no projeto, no Art. 7o tinha uma sugestão sobre a participação das crianças em relação à própria política. Deixei claro que seria observada a respectiva faixa etária.

Tinha uma discussão a respeito do inciso VII desse artigo, que falava: "promoção de meios e oportunidades para as crianças na primeira infância participarem de manifestações artísticas e culturais, como consumidoras e produtoras de cultura, nas suas diferentes expressões e valorização da diversidade regional". O deputado Douglas sugeriu na sua emenda colocar "observada a respectiva faixa etária", da qual eu concordei e coloquei no artigo.

Não concordei, é verdade, em seguir esse texto colocando "impedindo a sexualização precoce", porque entendo que, ainda que nós podemos ter um entendimento sobre o que significa, aqui sim abre brecha para que a gente discuta isso no outro nível, sobre o que é sexualização precoce.

Tema polêmico, que não quero trazer para o meu projeto. "De crianças até seis anos, observada a respectiva faixa etária", garante que as crianças tenham acesso a conteúdo somente destinado a sua idade.

Eu só quero impedir que a gente torne um projeto destinado às crianças um projeto polêmico, que discuta o que isso significa. Quando eles falam que eu deixo muito amplo, aqui sim a gente está deixando muito amplo e polêmico. "Observada a respectiva faixa etária", que foi sugestão do deputado Douglas, garante que a gente possa ter conteúdo adequado para crianças até seis anos. Ponto.

Continuo. A gente garantiu e aceitou a proteção à liberdade religiosa. Solicitação da nobre deputada Damaris. Aceitei também o direito ao acesso e ao contato direto com a natureza, tema importante para que a gente garanta o desenvolvimento de nossas crianças.

Em relação à questão do "homeschooling", que não é competência estadual, como dito pela deputada Janaina, aceitei colocar em qualquer de suas formas, chegando num consenso. Acabo aqui a minha explicação antes de passar todos os textos reiterando que eu estou aberta ao diálogo e que quem perde com a gente não aprovar este projeto são as nossas crianças.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o requerimento de método de votação. Os favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para pedir uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. A partir deste momento, vamos fazer soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados tomem conhecimento da votação que se realizará.

* * *

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PAULO CORREA JR - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Paulo Correa.

O SR. PAULO CORREA JR - DEM - Para colocar o Democratas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Democratas está em obstrução.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Para colocar o PTB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Douglas Garcia coloca o PTB em obstrução.

O SR. ED THOMAS - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PSB - Para colocar o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSB está em obstrução.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para botar o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PT está em obstrução.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Marcio.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Podemos está em obstrução.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Progressistas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Progressistas está em obstrução.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSOL está em obstrução.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado André.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Colocar o PL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PL está em obstrução.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, nobre deputado Jorge Wilson.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Para colocar o Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Republicanos está em obstrução.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - O PSL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSL em obstrução.

O SR. ALEXANDRE PEREIRA - SD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Alexandre.

O SR. ALEXANDRE PEREIRA - SD - O Solidariedade em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Solidariedade está em obstrução.

A SRA. MARTA COSTA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Marta Costa.

A SRA. MARTA COSTA - PSD - O PSD em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSD está em obstrução.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Colocar o Avante em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Avante está em obstrução.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar o PSDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSDB está em obstrução.

O SR. ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Itamar.

O SR. ITAMAR BORGES - MDB - Colocar o MDB em obstrução, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O MDB está em obstrução. Transcorridos os quatro minutos, neste momento vamos abrir o sistema eletrônico. Peço encarecidamente para que os parlamentares votem pelo sistema eletrônico. Está aberto o sistema eletrônico para votação.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Altair.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Por favor, Sr. Presidente, só esclarecer. Agora é o método de votação?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento, estamos votando o método de votação do seu projeto. Exatamente.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Obrigado, Sr. Presidente. Queria pedir aos senhores deputados para votarem "sim".

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Pela ordem, Sr. Presidente. PDT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PDT está em obstrução. Peço, por favor, que os deputados que não fizeram o cadastro das suas digitais nesse novo sistema de votação - é novo o sistema de votação -, façam o cadastro digital pela SGP, para que possamos sempre utilizar o sistema eletrônico de votação.

No último sistema tínhamos muito problema. Neste sistema não temos problema para o processo de votação. Então, por favor, registrem as suas digitais neste novo sistema que nós temos de votação.

Encerrado o processo eletrônico de votação, vou abrir os microfones para os parlamentares que não conseguiram registrar os seus votos pelos terminais eletrônicos.

Já peço ao deputado Wellington que cadastre a sua digital, para que a gente possa fazer essa votação sempre pelo sistema virtual. Também solicito ao deputado Daniel cadastrar a sua digital para fazer o voto. Também peço ao deputado Rodrigo Moraes que faça o cadastro de sua digital para votar eletronicamente. Também peço ao deputado Aprigio que faça o cadastro da sua digital para que a gente possa votar eletronicamente.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Gostaria de colocar a Rede em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Rede está em obstrução.

* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Participaram deste processo 44 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, 43 votos "sim", este Presidente que não vota, quórum insuficiente para deliberar o método de votação, ficando esgotado o objeto da presente sessão. Boa noite a todos.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.

* * *

26 DE AGOSTO DE 2020
45ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: DR. JORGE LULA DO CARMO, DOUGLAS GARCIA, MARCIO NAKASHIMA e GIL DINIZ

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - JANAINA PASCHOAL

Cobra que o Executivo tome providências quanto às obras, aparentemente paralisadas, do monotrilho que ligaria o Morumbi ao aeroporto de Congonhas. Ressalta que a construção deveria ter sido concluída antes da Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil.

3 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

4 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Exibe e comenta reportagem acerca do atraso no pagamento de indenizações a famílias que tiveram sua moradia desapropriada para a construção do Rodoanel. Cita denúncias de corrupção envolvendo a Dersa, responsável pela obra. Lembra que esta Casa aprovou a extinção da empresa.

5 - MARCIO NAKASHIMA

Assume a Presidência.

6 - CARLOS GIANNAZI

Comemora a aprovação, no Senado Federal, de Proposta de Emenda à Constituição Federal que torna permanente o Fundeb. Descreve as mudanças trazidas pela matéria, as quais considera um avanço no financiamento da educação básica no País.

7 - DOUGLAS GARCIA

Expressa sua posição contrária ao substitutivo apresentado ao PL federal 399/15, que discute a comercialização de medicamentos que contenham Cannabis sativa. Julga não ser, ainda, o momento de abordar a questão no Brasil. Defende a luta contra as drogas.

8 - ED THOMAS

Solicita ao Executivo que permita a reabertura dos municípios da região de Presidente Prudente, fechados há 170 dias. Aponta o impacto econômico da pandemia de Covid-19 no interior paulista. Avalia negativamente a atuação do governo estadual durante a crise.

9 - ED THOMAS

Para comunicação, presta solidariedade ao deputado Marcio Nakashima, pela soltura do assassino de sua irmã, Mércia Nakashima.

10 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

11 - MARCIO NAKASHIMA

Repudia decisão judicial que autorizou que Mizael Bispo de Souza, assassino de sua irmã, Mércia Nakashima, passe a cumprir prisão domiciliar, após alegar razões de saúde. Critica a OAB por, dez anos depois do crime, não ter, ainda, cassado o registro do condenado, que é advogado.

12 - JANAINA PASCHOAL

Presta solidariedade ao deputado Marcio Nakashima. Faz eco às críticas do parlamentar à OAB, por esta não cancelar o registro de Mizael Bispo de Souza, condenado por assassinato. Pede esclarecimentos da deputada Marina Helou acerca de aspectos do PL 1.027/19.

13 - CARLOS GIANNAZI

Comenta artigo publicado na revista "Cult", de autoria da procuradora estadual Márcia Semer, contrário ao PL 529/20, que trata da privatização de diversas empresas e órgãos públicos e de mudanças nas regras tributárias em São Paulo.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - JANAINA PASCHOAL

Manifestou preocupação com o desperdício de alimentos, por restaurantes. Reflete sobre resistências a doações, em razão de eventuais intoxicações. Comenta lei federal que autoriza a doação, sem dolo de promover contaminação de pessoas. Defende o incentivo ao tema, com o objetivo de não descartar alimentos não consumidos. Clama por campanha de conscientização acerca do assunto.

15 - GIL DINIZ

Assume a Presidência.

16 - DOUGLAS GARCIA

Afirma que deve representar ao Ministério Público candidato que fizer campanha eleitoral em estabelecimento de ensino. Informa que peticionara, via mandado de segurança, contra decisão da CPI das Fake News, para preservar seu direito de requerer, na citada comissão. Acrescenta que deve formular questão de ordem à Mesa desta Casa, sobre o mesmo tema. Aduz que deve pedir direito de resposta contra o "The Intercept Brasil". Conclui que deve acionar a Procuradoria-Geral Eleitoral, contra partidos que fazem parte do Foro de São Paulo. Lê e comenta o art. 28 da Lei dos Partidos Políticos. Afirma que deve requerer à OEA o reconhecimento da citada organização como terrorista.

17 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

18 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, afirma que parte dos requerimentos do deputado Douglas Garcia, na CPI das Fake News, devem ser analisados.

19 - PRESIDENTE DOUGLAS GARCIA

Endossa o pronunciamento da deputada Janaina Paschoal.

20 - GIL DINIZ

Defende a preservação de direitos de parlamentares, de participação em comissões. Lembra emenda de sua autoria, a projeto do deputado Campos Machado, com o objetivo de aprovar a intervenção, por cinco minutos, em qualquer comissão. Tece considerações sobre o PL 416/20, de sua autoria, contra o desperdício de alimentos. Reflete acerca de projeto que visa a homenagear, como patrono da Educação de São Paulo, o padre José de Anchieta, fundador do primeiro colégio da capital. Clama a seus pares que aprovem a matéria.

21 - PROFESSORA BEBEL LULA

Tece considerações sobre a História do Brasil. Defende Paulo Freire como patrono da Educação, no estado. Lembra trabalho de integração realizado em escola indígena. Afirma que o padre José de Anchieta não fora educador, mas, sim, catequizador. Aduz que o projeto de Educação de Paulo Freire é reconhecido internacionalmente. Defende a não ideologização a respeito do tema. Manifesta contentamento com a constitucionalização do Fundeb, pelo Congresso Nacional. Tece considerações favoráveis à adoção de crianças. Clama aos pais que não permitam o retorno de estudantes a escolas, caso seja retomado o ensino presencial em 2020.

22 - GIL DINIZ

Assume a Presidência.

23 - DOUGLAS GARCIA

Pelo art. 82, defende o projeto do deputado Gil Diniz, de homenagem ao padre José de Anchieta. Rebate o posicionamento da deputada Professora Bebel Lula sobre o tema. Afirma que a Educação no Brasil, atualmente, tem base ideológica e que deve ser combatida.

24 - FREDERICO D'AVILA

Para comunicação, critica fala do governador João Doria contra o presidente Jair Bolsonaro, sobre acusação de afronta à democracia.

25 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

26 - GIL DINIZ

Para comunicação, afirma que há dois projetos de denominação de patrono da Educação do estado, nesta Casa. Informa que deve trazer ao conhecimento de seus pares a trajetória do padre José de Anchieta na seara educacional do país. Tece considerações históricas sobre o tema.

27 - TEONILIO BARBA LULA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

28 - PRESIDENTE DOUGLAS GARCIA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 27/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Dr. Jorge Lula do Carmo.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Iniciamos o Pequeno Expediente chamando os seguintes oradores: deputada Janaina Paschoal. Tem o tempo regimental Vossa Excelência.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., os colegas que estão na Casa, os funcionários todos, as pessoas que nos acompanham. Na verdade, eu tenho vários temas aqui.

O primeiro diz respeito a uma obra que aparentemente - digo "aparentemente" porque é a sensação que dá, mas pode ser que eu esteja equivocada - está abandonada. É uma obra que teoricamente levaria um monotrilho do bairro do Morumbi ao aeroporto de Congonhas.

Quando nós passamos ali, nas proximidades dessa obra, existem pilares gigantescos. Não sei se o nome técnico é esse, mas seriam suportes para os trilhos sobre os quais passariam - ou passarão - os monotrilhos.

Quando a gente olha, a sensação que dá é de que um grande trecho da obra está pronto. E aí existe um outro trecho, com vários desses pilares, que formam, assim, um "quadradão" que dá a sensação de ter sido abandonado.

Pela espessura desses pilares, a robustez, fica bastante evidente que se gastou muito dinheiro naquela construção. E nós temos uma situação de dificuldade de locomoção, ou seja, a obra é uma obra importante.

Eu solicitei ao pessoal do gabinete, também à liderança, que procurasse definir quanto já foi gasto naquela obra. E a informação que nós conseguimos acessar, primeiro, é de que houve uma impugnação, existe alguma discussão judicial em torno daquela construção.

Os documentos - pelo menos os que eu já analisei - mostravam um gasto em torno de 70 milhões. E há outros documentos dando a entender que se gastou muito mais. Eu ainda vou solicitar outras documentações, para tentar entender quanto é que se gastou naquela obra. Depois de obter todas as informações possíveis, numa pesquisa individual, eu vou oficiar o secretário em exercício na pasta dos Transportes.

Mas eu já registro, aqui, a minha preocupação com uma obra daquela magnitude aparentemente parada, correndo o risco de ficar velha, porque a gente sabe que uma obra pode ficar velha quando ela não tem a continuidade imediata no tempo.

Os materiais podem perder a sua validade. Dependendo do tempo que se demora para dar continuidade a uma obra, pode-se já não conseguir mais materiais que sejam compatíveis. Então, eu tenho medo de que aquilo tudo ali se perca. E é uma obra gigantesca.

Então, já solicito à Presidência que envie esta minha... Na verdade, não é bem uma manifestação, é um questionamento à pasta que cuida dos Transportes - eu sei que o secretário está afastado, mas tem um secretário em exercício -, para que, se possível, nos informe sobre o que está acontecendo, por que tanto tempo para terminar essa obra de fazer o monotrilho sair do Morumbi e chegar a Congonhas.

As informações, na imprensa, dão conta de que essa obra era para ter sido inaugurada na época da Copa. Então, já são anos em que teoricamente nós estamos aguardando o término dessa construção.

Ela já está bastante avançada; então, já se gastou muito dinheiro. O mínimo a que a população tem direito é ter as informações precisas sobre o que foi que aconteceu, sobre o que está acontecendo e qual é o plano dessa obra ser finalizada.